



## **EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL:** uma aproximação com as pesquisas na área e a Política de Educação Permanente do conjunto CFESS-CRESS

PEREIRA, Maria Alice<sup>1</sup>

SARMENTO, Hélder Boska de Moares<sup>2</sup>

**RESUMO:** Aborda a discussão da educação permanente no Serviço Social, a partir de pesquisas que têm tratado esta temática na área e a Política de Educação Permanente do conjunto CFESS-CRESS, lançada em 2012. O objetivo é trazer elementos de como tem se dado esta discussão na profissão em sua interlocução com o debate sobre a formação e o exercício profissional

**PALAVRAS-CHAVE:** educação permanente; Serviço Social; formação profissional.

### **1 INTRODUÇÃO**

De acordo com Mota e Amaral (2014) a “busca permanente de novas condições de operar a atividade profissional em face da necessidade de estabelecer meios, modos e formas de lidar com as insistentes e expressivas manifestações da questão social” (MOTA, AMARAL, 2014, p. 30), põe na ordem do dia a necessidade cada vez maior de decifrar esses processos. Assim, implicando na problemática em torno do exercício profissional, dos espaços de formação, e, inevitavelmente, sua continuidade.

No âmbito da continuidade da formação profissional, ao se pesquisar a temática da pós-graduação *lato sensu* e a educação permanente no Serviço Social<sup>3</sup>, observou-se que embora o número de produções tenha aumentado nos últimos anos e, ainda, que em 2012 tenha sido lançada pelas entidades de representação da categoria profissional (CFESS, ABEPSS e ENESSO) a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, esta abordagem ainda precisa ser aprofundada no debate profissional.

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Divisão de Serviço Social – Atenção ao Servidor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Serviço Social. E-mail: m.alice@ufsc.br.

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Serviço Social da UFSC. Doutor em Serviço Social. E-mail: hboska@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Como parte da pesquisa de tese realizada no curso de doutorado em Serviço Social do PPGSS/UFSC, finalizada em 2021 (PEREIRA, 2021).

No sentido de suscitar tal discussão, voltando-se às produções bibliográficas que tratam especificamente da educação permanente na área, foram selecionados alguns artigos e teses<sup>4</sup> que trazem este tema. Nesta busca foram considerados, sobretudo, trabalhos fruto de pesquisas empíricas realizadas com assistentes sociais.

Na sequência tem-se uma aproximação com esses trabalhos, de forma a situar como tem se dado esta discussão na profissão em sua interlocução com o debate sobre a formação e o exercício profissional. Portanto, priorizando os trabalhos fruto de pesquisas empíricas, teve-se como objetivo identificar como este tema tem aparecido no Serviço Social, considerando os pontos em comum e as diferentes abordagens.

## **2 O TEMA DA EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SERVIÇO SOCIAL**

Ao todo foram consultados 10 (dez) artigos e teses, sendo estes: Fernandes (2008)<sup>5</sup>, Pereira e Benetti (2012), Cartaxo, Manfroi e Santos (2012), Camargo, Lopes e Oliveira (2013), Marcondes, Brisola e Chamon (2014; 2015), Prates e Closs (2015), Ferreira (2015), Costa (2016) e Nascimento e Oliveira (2016).

Na leitura desses trabalhos foi possível identificar alguns elementos importantes entre os aspectos que apareceram de forma recorrente, tendo destaque: a necessidade de aprofundar a articulação entre exercício profissional, formação e realidade e a problemática da relação teoria e prática na conexão com a continuidade da formação; a necessidade de fortalecimento do projeto ético-político profissional; as limitações impostas para a oferta de espaços de educação permanente no atual cenário da universidade pública brasileira; e o entendimento comum da importância da educação permanente em conexão com os diversos espaços de formação, sobretudo a partir do estabelecimento da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS.

Também teve destaque os termos utilizados em referência às diferentes concepções que permeiam o debate em torno da Educação Permanente, quais sejam, formação continuada, educação continuada, formação em serviço, educação permanente, entre outros. Nesta medida, evidenciando a questão terminológica enquanto reveladora de uma determinada conjuntura histórica, que vai margear sua adoção e estabelecimento ao longo do tempo, repercutindo no desenvolvimento desta temática na realidade profissional.

A terminologia “educação permanente”, de forma geral, é mencionada enquanto um avanço para pensar esse momento da formação, então tomada no contexto de uma reflexão

---

<sup>4</sup> Tal mapeamento priorizou periódicos da área, Revista Katálisis e Revista Temporalis, até 2020; bem como, o catálogo de teses e dissertações da CAPES. Também ocorreu consulta no Google Acadêmico, considerando as palavras chaves “Educação Permanente” e “Serviço Social”.

<sup>5</sup> Do qual decorreu o livro Educação Permanente e Políticas Sociais, publicado em 2016.

crítica do processo de trabalho e em espaços compartilhados. A adoção do termo permanente pelas políticas em que o(a) assistente social comumente atua, como no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, aparece como uma importante referência a esta concepção.

Os termos “formação continuada” e “educação continuada”, aparecem de forma geral associada à ideia de uma capacitação mais pontual, voltada à atender às requisições do mercado de trabalho, em geral sem aprofundamento teórico-político e direcionada a um fim específico, assumindo uma perspectiva de uma formação pontual.

O termo “formação em serviço”, por sua vez, é tomado a partir dos diversos espaços de trabalho, também sob influência de Políticas como do Sistema Único de Saúde - SUS e SUAS, com menção específica ao estabelecimento da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - PNEP-SUS e a Política Nacional de Recursos Humanos no âmbito do SUAS, NOB-RH. Então, voltadas para uma formação em torno da dinâmica do trabalho profissional, em espaços compartilhados de reflexão e estudo da realidade e conectadas à ideia do processo coletivo de ensino-aprendizagem no decorrer da trajetória profissional. Assim, remetendo à importância que essas políticas tomaram na discussão da educação permanente, principalmente no âmbito da formação em serviço, bem como evidenciando o espaço de aprendizagem no trabalho enquanto espaço de possibilidade de resistência à tendência de fragmentação da formação e do exercício profissional.

Desta forma, evidenciando a importância de se atentar aos diferentes sentidos que estes termos podem assumir, por próximos, por vezes antagônicos, retratando também contradições e espaços de disputas que permeiam diferentes concepções em torno da formação profissional e sua continuidade.

Os trabalhos pesquisados também fazem uma referência frequente à Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS – CRESS enquanto uma conquista da categoria profissional face a uma demanda histórica dos trabalhadores das diferentes políticas, trazendo a aproximação dessa temática no conjunto das entidades que compõem a formação e o exercício profissional no Serviço Social. Tal Política é situada enquanto expressão de um compromisso com a perspectiva crítica, calcada nas diretrizes curriculares e o projeto ético-político profissional.

Como dificuldades a serem enfrentadas, trazem a discussão da educação permanente na relação com as exigências do mercado de trabalho, que por vezes direcionam a formação para um arsenal técnico-operativo em resposta às suas requisições e direcionamentos próprios, para além dos preceitos profissionais. Tais exigências não aparecem descolada da assimilação da ideia de responsabilização dos/das profissionais pela continuidade da sua formação, permeando aspectos que envolvem diretamente a competição presente no mercado de trabalho, pautando a necessidade de incremento no currículo para uma suposta ascensão profissional, que muitas vezes nem mesmo se concretiza.

A concepção que a nosso ver margeia esta lógica é a da chamada “educação ao longo da vida”, que apesar de não ser citada diretamente nestes trabalhos, se faz presente no debate sobre a continuidade da formação profissional. Esta concepção também dá sustentação para a abordagem da “educação para século XXI”, presente nas proposições para a educação de entidades como a União Europeia e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco. Tal concepção ancora-se na ideia de que a educação apresenta a capacidade de garantir a empregabilidade e deve ser objeto de consensos e coesão social, com ênfase na qualificação de recursos humanos, articulada às demandas de mercado e antídoto para o desemprego (RODRIGUES, 2008)<sup>6</sup>.

De outra forma, os trabalhos situam ainda, a necessidade de superar a tendência a fragmentação da formação, demarcando a necessidade de fortalecimento da formação crítica em conexão com projeto ético-político profissional do Serviço Social. A educação permanente aparece como estratégia de adensamento e materialização do Projeto no trabalho profissional, na perspectiva de superação de velhas práticas e fortalecimento da dimensão política que perpassam o trabalho e a formação.

Nesse sentido, outros elementos importantes que os trabalhos pesquisados indicaram foram: a importância da formação continuada/educação permanente enquanto eixo prioritário de pensar as dificuldades da formação, na construção de espaços coletivos de discussão; a necessidade de incentivo à formação, considerando a articulação entre categoria profissional, entidades de representação e a universidade; o interesse dos profissionais pelos processos de educação permanente em cursos de curta duração e pós-graduação, evidenciando que mesmo num quadro de precarização das condições de trabalho, os profissionais mantêm o interesse pelos espaços e processos de educação permanente e os momentos de suspensão do cotidiano profissional; a carência de cursos em diversas áreas, indicando que a maioria dos cursos ofertados estão nas áreas de saúde e assistência social; e, ainda o entendimento de que a discussão sobre a continuidade da formação profissional teve uma apropriação lenta e mesmo tardia na profissão.

Sobre estes pontos, considerando a referência ao número reduzido de cursos voltados para esse momento da formação nas diversas áreas de atuação do(a) assistente social, também é indicada a necessidade de pensar as limitações impostas para a oferta de espaços de educação permanente no atual cenário da universidade brasileira. Os(as) autores(as) vão sinalizar o agravamento das dificuldades e limitações colocados para a formação profissional e sua continuidade frente ao atual contexto de disputas no espaço universitário, em que ganha força tendências regidas pela lógica mercantil e produtivista. Assim, constatando-se a intensificação dos processos de trabalho, a redução da dimensão

---

<sup>6</sup> Para esta discussão, sugere-se a leitura da tese de Rodrigues (2008) e Pereira (2021).

intelectual do trabalho, o caráter individual remetido à formação, o isolamento e ausência de um debate ampliado no planejamento das ações voltadas à formação e suas implicações quando do distanciamento de suas bases, no contexto de seu potencial ético-político.

Para o enfrentamento desse conjunto de questões, de forma geral os autores apontam que a continuidade da formação seja pensada no espaço da formação graduada, de forma a tensionar a lógica mercantil que dá ênfase a um profissional com perfil polivalente, competitivo e que não questione a realidade e seu processo de formação, que por vezes tem determinado os espaços de formação e do trabalho profissional.

## **2.1 Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS**

Lançada em 2012, pelo Conjunto CFESS<sup>7</sup>-CRESS<sup>8</sup>, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS e pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO, a Política de Educação Permanente do conjunto CFESS-CRESS reuniu proposições da categoria profissional sobre este tema. Assim, refletindo a urgência deste debate na profissão no contexto das mudanças da política educacional e os reflexos deste processo na formação em Serviço Social e nos embates próprios do exercício profissional. Trata-se de um instrumento político, com o objetivo de fortalecer a formação e o exercício profissional, pautando-se na garantia da qualidade dos serviços prestados à população atendida e na dimensão de educação permanente enquanto instrumento de luta ideológica e política da categoria profissional (CFESS, 2012).

Entre as reflexões realizadas na Política, tem-se ressaltado o cenário atual de “profundas transformações, que colocam na ordem do dia a necessidade de conhecer as múltiplas determinações da realidade” (CFESS, 2012, p. 7) e a necessidade de fortalecer o Código de Ética Profissional, no que tange ao “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993, p. 24). Nesta medida, a educação permanente pressupõe:

afirmar o projeto profissional, articulando uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrossocietárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo dos/as agentes profissionais a esse contexto, apoiadas nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. (CFESS, 2012, p. 8).

Tem-se a crítica à racionalidade vigente, então pautada na chamada instrumentalização do saber, em que o trabalho vai “deixando de ser compreendido como ato criativo da humanidade na transformação da natureza, e passa a ser apropriado como atividade” (CFESS, 2012, p. 9). Em contraposição a esse entendimento, evidencia-se que

---

<sup>7</sup> Conselho Federal de Serviço Social.

<sup>8</sup> Conselho Regional de Serviço Social.

educação precisar estar pautada nas necessidades humanas, enquanto um imperativo que permeia todas as profissões e áreas de conhecimento, considerando a necessidade de desvelamento da realidade num processo contínuo de análise e mediações que se dão no processo de formação e na trajetória profissional. Portanto, se contrapõe à tendência imediatista que leva, muitas vezes, os/as profissionais a participarem de cursos sem qualidade, aligeirados ou voltados somente para a habilitação no domínio do instrumental, com ênfase nos conteúdos técnicos ou comportamentais, tendo em vista a conformação de um dado perfil profissional (GUERRA, 2011 apud CFESS, 2012, p. 11).

Outrossim, reafirma-se a dimensão política e pedagógica deste momento da formação, voltando-se para dimensão mais ampla de organização política da categoria profissional. Tem-se, uma proposta de formação que não se esgota na graduação, tratando-se “de um instrumento importante para a construção e qualificação de ações cotidianas no exercício da profissão e na sua capacidade de organização política” (CFESS, 2012, p. 15).

Entre as contribuições realizadas pela ABEPSS, reafirma-se o uso do termo Educação Permanente, enquanto expressão de um processo permanente que exige o deciframento do cotidiano e um instrumento de emancipação, se contrapondo à lógica instrumental abstrata, do chamado Capital Humano, tão difundido pelo modelo de acumulação flexível e reforçado no ideário neoliberal, que reduz a noção de “formação continuada” a um conjunto de treinamentos esparsos, para atender às demandas mais imediatas do mercado de trabalho (CFESS, 2012).

Tal Política reafirma, portanto: a formação crítica e generalista da profissão, o compromisso com a qualidade dos serviços; o fortalecimento das diretrizes curriculares, a consolidação do projeto profissional; a compreensão da profissão como um processo que remete à necessidade de atualizações das demandas e das estratégias de intervenção; a dimensão da totalidade histórica, configurada no pensamento crítico dialético como eixo orientador; o trabalho como eixo fundante da vida social; e a questão social como base para a materialidade da profissão enquanto orientação fundamental para o enfrentamento do conservadorismo (CFESS, 2012). Além disso, tem-se como pauta “a profunda articulação entre formação e exercício da profissão como forma de retroalimentar e fomentar processos que qualifiquem a intervenção dos(as) assistentes sociais diante dos desafios cotidianos na vida em sociedade e a necessidade de sua superação” (CFESS, 2012, p. 36). Ainda, destaca-se o estágio supervisionado como uma estratégia de formação permanente e de articulação entre graduação e pós-graduação.

Entre as contribuições da ENESSO, reafirma-se que a política de educação permanente contemple as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, em conexão com a análise da realidade social, no sentido de qualificar a intervenção profissional “como uma importante mediação para o enraizamento do projeto ético-político

profissional” (CFESS, 2012, p. 42). Igualmente, situando as questões próprias do mundo do trabalho que exigem um “(re) atualizar constante de competências e habilidades” (CFESS, 2012, p. 42) e indicando que os avanços no campo teórico, ético e político da profissão não têm acompanhado uma articulação maior com o trabalho profissional. Nesta medida, reconhece que “a categoria profissional não dispõe de suficientes canais e circuitos que operem uma efetiva socialização de tais avanços – o que tem contribuído para alargar, numa escala preocupante, a distância entre as vanguardas acadêmicas e a massa dos profissionais de campo” (NETTO, 1996, p. 109 apud CFESS, 2012, p. 43).

Tal perspectiva reforça uma Política de Educação Permanente “[...] sustentada na defesa do trabalho e dos/as trabalhadores/as” (CFESS, 2012, p. 43). Portanto, tem-se pautado novamente a preocupação (agora dos estudantes de Serviço Social), em relação aos canais de socialização do conhecimento e das experiências profissionais, considerando a necessidade de envolvimento do conjunto da categoria de assistentes sociais neste pensar sobre a educação permanente.

Em consonância com esses apontamentos, no âmbito destas entidades foram traçadas as seguintes estratégias:

Estabelecer parcerias do Conjunto CFESS-CRESS com as Unidades de Formação Acadêmica do Serviço Social na implementação da pós-graduação *lato sensu*, sistemática, permanente e ampliada para a categoria, voltada para os desafios históricos e emergentes do Serviço Social [grifo nosso]; Viabilizar articulação com entidades representativas dos/as usuários/as e movimentos sociais para provocar reflexões sobre a realidade socioeconômica e política; Criar espaços de debates permanentes e sistemáticos nos CRESS, como forma de dar publicidade e aprofundar os posicionamentos políticos do Conjunto; Provocar debates nos espaços institucionais e no meio das entidades representativas, movimentos sociais e outros aliados do projeto ético-político, para pautar e divulgar as reflexões do conjunto; Organizar grupos de estudos sistemáticos nos CRESS, em torno das diversas áreas de atuação profissional; Utilizar-se dos materiais didáticos produzidos pelo Conjunto CFESS-CRESS por meio de debates, cursos e estudos, ampliando sua divulgação e apropriação pela categoria; Potencializar a dimensão pedagógica nas ações de fiscalização do exercício profissional, provocando reflexões e estimulando a participação dos/as assistentes sociais nos espaços de reflexão teórica; Potencializar as peças de comunicação na divulgação dos posicionamentos do Conjunto e provocar reflexão acerca das questões contemporâneas; Pautar nos fóruns de supervisores, nos espaços de debates da ABEPSS e dos CRESS as demandas e possibilidades estratégicas acerca da Educação Permanente para assistentes sociais; Firmar parcerias com instituições empregadoras no sentido de viabilizar educação permanente para os/ as assistentes sociais; Buscar articulações regionais no sentido de realizar ações de educação permanente sobre temáticas que tenham forte expressão na região; Construir planos locais/estaduais de Educação Permanente dos/as assistentes sociais, em parceria CRESS/ABEPSS Regional que prevejam: a) Eixos temáticos prioritários para as ações de Educação Permanente, definidos a partir de demandas do exercício profissional em articulação com as Comissões do CRESS; b) Parcerias na construção e execução nas ações de educação permanente, privilegiando a discussão com as UFAs, Fórum de Supervisores e movimentos sociais; c) Ações estratégicas/prazos para execução do plano. (CFESS, 2012, p. 47-48, grifo nosso).

Trata-se de uma reafirmação dos princípios profissionais, a partir das diretrizes curriculares e do projeto ético-político profissional, tendo a ênfase no aparato dos conselhos profissionais, da ABEPSS e do ENESSO, na articulação com as Unidades de Formação

Acadêmica - UFAs. O destaque dado às parcerias necessárias à efetivação dessa Política aparece centrado nas entidades representativas da profissão, no Conjunto CFESS-CRESS (comissões e grupos de estudos), nas UFA's, nos empregadores em geral e nos Fóruns de Supervisores de Estágio. Também, ressaltando-se as especificidades regionais na elaboração de Planos locais/estaduais de Educação Permanente.

Contudo, como destacado nas pesquisas do item anterior, esta tarefa também esbarra nas contradições postas pela política educacional ao expressarem a lógica hegemônica que materializa o projeto neoliberal na educação e nos espaços de educação permanente. Portanto, extrapolando a ação dos conselhos profissionais e entidades de representação, mas tendo nestes um papel importante na articulação com o conjunto da categoria profissional, trata-se de uma luta por mudanças efetivas no modo de gerir e pensar a educação e as lutas sociais.

Do mesmo modo, além da necessidade de ampliar a discussão sobre os diversos elementos que estes trabalhos já tem evidenciado, enquanto parte da problemática em torno do trabalho profissional no Serviço Social, é necessário ampliar o universo de pesquisas sobre a temática.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreende-se que a base de qualquer Política de Educação Permanente e, propriamente, da discussão em torno desta temática, precisa estar alicerçada no conjunto profissional, se não, vai continuar refletindo em dicotomias diversas. A discussão com os sujeitos profissionais é ponto central para se avançar neste processo.

Trazer à tona esta problemática, conforme as questões que se apresentam na realidade profissional, compõe a potencialidade desta discussão, uma vez que é onde a profissão se realiza, se processa e deve ser constantemente refletida, enquanto mediações cotidianas e necessárias que compõe o trabalho do(a) assistente social.

O estabelecimento da política de educação permanente do conjunto CFESS-CRESS revela a preocupação da profissão com a dimensão da formação profissional. Contudo, observa-se que o tema da educação permanente ainda aparece incipiente no debate profissional e, a nosso ver, precisa ser aprofundado nas pesquisas na área, também de forma a ampliar o espaço que circunscreve as instâncias e entidades da categoria profissional. Logo, atuando como um instrumento de luta política e ideológica, bem político, ético, técnico-operativo e um direito dos(as) profissionais.



## REFERÊNCIAS

CAMARGO, Maria Angelina Baía de Carvalho de Almeida; LOPES, Elaine Sardinha; OLIVEIRA, Aline de Jesus. Formação Continuada: Estratégia de fortalecimento do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: expressões socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o Serviço Social**. Belo Horizonte (MG): CRESS 6o Região, 7 a 9 de jun. 2013, p. 15. Disponível em: [http://www.cressmg.org.br/arquivos/simposio/FORMAÇÃO%20CONTINUADA\\_%20E%20STRATÉGIA%20DE%20FORTALECIMENTO%20DO%20PROJETO%20ÉTICO-POLÍTICO%20DO%20SERVIÇO%20SOCIAL.pdf](http://www.cressmg.org.br/arquivos/simposio/FORMAÇÃO%20CONTINUADA_%20E%20STRATÉGIA%20DE%20FORTALECIMENTO%20DO%20PROJETO%20ÉTICO-POLÍTICO%20DO%20SERVIÇO%20SOCIAL.pdf).

CARTAXO, Ana Maria Baima; MANFROI, Vania Maria; SANTOS, Maria Teresa dos. Formação continuada: implicações e possibilidades no exercício profissional do assistente social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 239-253, jul./dez. 2012.

CFESS. **Política de educação permanente do conjunto CFESS-CRESS**. Gestão Tempo de Luta e Resistência - 2011-2014. Brasília (DF): 2012, 52p.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília (DF): 10a. ed. rev. e atual, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 1993, 60 p.

COSTA, Marcia de Assis. **Educação Permanente nas Políticas de Saúde e Assistência Social no contexto da precarização do trabalho de assistentes sociais**. 2016. 160f. Tese (Doutorado) –Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC SP, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/19603/2/Marcia%20de%20Assis%20Costa.pdf>.

FERREIRA, Stela da Silva. **Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social: gestão democrática para uma ética pública**. 2015. 186f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP, São Paulo/SP, 2015. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17749/1/Stela%20da%20Silva%20Ferreira.pdf>. Acesso em 29 de setembro de 2017.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. **Educação permanente: uma dimensão formativa no Serviço Social**. 2008. 199f. Tese (Doutorado) – Curso de Serviço Social, Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC RS, Porto Alegre, Set. 2008. Disponível em: <http://pct.capes.gov.br/teses/2008/42005019008P5/TES.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Educação Permanente e Políticas Sociais. Campinas: **Papel Social**, 2016, 156p.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira, BRISOLA, Elisa Maria Andrade, CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. Educação Permanente: propostas e desafios para os assistentes sociais. **Serv. Soc. & Saúde**, Campinas (SP), v. 13, n. 2 (18), p. 299-322, jul./dez. 2014.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira, BRISOLA, Elisa Maria Andrade, CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. Busca autônoma por educação permanente e consolidação da

identidade profissional crítica. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 17, n.2, p.187 - 208, jan. /jun. 2015

MOTA, Ana Elizabete, AMARAL, Angela (Orgs). **Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, peijas e desafios**. Recife: Editora UFPE, 2014, p.23- 43.

NASCIMENTO, Chrislayne Caroline dos Santos, OLIVEIRA, Carla Montefusco de. Educação Permanente e Serviço Social: apontamentos sobre a formação profissional. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016, p. 133-165.

PEREIRA, Lygia, BENETTI, Georgia Maria Ferro. **A importância da formação continuada dos assistentes sociais na atuação com as políticas públicas**. 2012. 19f. Especialização em Gestão Social de Políticas Públicas. Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL (SC), 2012. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/Lygia-Pereira.pdf>.

PEREIRA, Maria Alice. **Pós-graduação lato sensu: perspectivas dos sujeitos desta formação profissional**. 2021. 406f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

PRATES, Jane Cruz, CLOSS, Thaísa Teixeira. Relações de Trabalho e Competências Profissionais dos Assistentes Sociais na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 30. p. 357-380, jul./dez. 2015.

RODRIGUES, Marilda Merência. **Educação ao longo da vida: a eterna obsolescência humana**. 2008. 182f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92064/261607.pdf?sequence=1>. Acesso em 20 de setembro de 2017.